

## **Comissão Coordenadora do Conselho Nacional de Educação**

**Relato da reunião realizada em 29 Outubro de 2015 com a seguinte ordem de trabalhos:**

- 1. Informações**
- 2. Próximas Iniciativas do Conselho**
- 3. Atividades a desenvolver pelas Comissões**

Estiveram presentes os Conselheiros: Joaquim Azevedo (via videoconferência), José Bravo Nico, António Barbas Homem, Pedro Dominginhos e Conceição Castro Ramos, bem como o Presidente e o Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação.

**Ponto 1-** O Presidente apresentou o relato da reunião anterior, sugerindo que se houvesse algo a acrescentar ou a alterar os Conselheiros poderiam enviar as suas propostas para o secretariado do CNE e acrescentou não ter informações adicionais às prestadas na reunião anterior e que constam do respetivo relato.

**Pontos 2 e 3 –** O Presidente deu conhecimento à Comissão dos trabalhos em preparação no CNE, designadamente: i) um relatório sobre “A organização do tempo escolar”, um tema que tem sido tratado em relatórios europeus e internacionais; ii) uma análise do despacho sobre o modelo de avaliação do ensino básico, que decorreu da introdução do inglês no 1.º CEB, justificada pela necessidade de o CNE se pronunciar sobre a estabilidade dos modelos de avaliação; iii) uma análise do concurso dos contratos de associação do ensino particular e cooperativo, inicialmente criados para suprir carências na oferta pública de educação e ensino e, agora, objeto de concurso a nível de freguesia; iv) um levantamento histórico de todas as leis estruturantes da Educação desde o séc. XX, a propósito dos 30 anos da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) que se completarão em 2016, já praticamente concluído; v) um trabalho sobre a “Condição docente” em elaboração na 5ª Comissão Especializada Permanente, que também está quase terminado.

De seguida, solicitou aos conselheiros que se pronunciassem sobre estes ou outros trabalhos que considerassem pertinentes.

O Conselheiro José Bravo Nico apoiou os trabalhos em curso, referindo que o tema “Organização do tempo escolar” é muito heterogéneo, com muitas variáveis, e que a 2ª CEP estava atenta a esta questão. Referiu ainda que o estudo sobre Avaliação deveria também abranger o ensino secundário e propôs que se estudasse o impacto da introdução do ensino do Inglês no 1.º CEB nos ciclos subsequentes.

O Conselheiro António Barbas Homem concordou igualmente com os temas dos estudos e trabalhos em curso, lembrando a tendência demonstrada no “Estado da Educação 2014” para o decréscimo da despesa com os ensinos básico e secundário, onde se incluem os contratos de associação. Referiu ainda o interesse e a relevância do trabalho sobre a avaliação dos exames no sistema, avançando que a 3ª CEP pretende abordar as questões relativas aos percursos e trajetos dos estudantes no ensino superior, à organização do sistema, ao abandono escolar, aos currículos e à avaliação/acreditação.

O Conselheiro Joaquim Azevedo referiu a enorme complexidade dos tempos escolares e que deveria igualmente analisar-se a questão dos horários e a forma como as escolas os constroem, e deu nota de que havia organizações do tempo escolar muito inovadoras que poderiam ser estudadas. Mencionou a importância da qualidade do trabalho docente, questão que tem ligação com a avaliação externa e os parâmetros da mesma. Sugeriu que se estudasse a questão do insucesso, aumento da retenção, no 1.º CEB, juntamente com o trabalho sobre a avaliação e se acompanhasse a aplicação da oferta dos cursos vocacionais. Mencionou, igualmente, que a 1.ª Comissão estava a trabalhar sobre a aplicação do Portugal 2020 à educação e a relação do financiamento com as metas previstas.

A Conselheira Conceição Castro Ramos considerou pertinentes os trabalhos em curso no CNE, apontando as questões relativas à organização do tempo escolar e ao seu impacto na identidade dos professores, propondo uma análise do tempo dedicado aos projetos. Quanto ao segundo tema, a Conselheira referiu-se ao impacto das avaliações no currículo e nos programas e propôs que se analisasse o papel dos diretores, de forma a perceber se estes estão mais vocacionados para questões administrativas ou se para questões pedagógicas. Indicou igualmente a necessidade de se criar um mecanismo que permitisse uma articulação entre as diferentes avaliações, acrescentando que quanto à condição docente se deveria voltar aos valores pedagógicos, à sustentação da identidade profissional, ao reconhecimento da importância e da autonomia dos professores.

O Conselheiro Pedro Dominginhos referiu que nos últimos tempos se têm introduzido várias experiências pedagógicas no tempo escolar e que estas tinham de ser avaliadas do ponto de vista da ocupação de tempos retirados às matérias ligadas às ciências. Indicou ainda tornar-se necessário

estudar o ensino vocacional de nível secundário pois a experiência já tem dois anos e seria importante analisar, em paralelo, as questões relacionadas com o acesso ao ensino superior, dado que esta via, bem como a via do ensino profissional, pareciam estar a tornar-se um modo de acesso mais facilitado, propondo que a Assessoria do CNE estudasse esta questão.

O Presidente elencou o conjunto de temas considerados, como prioridades de análise, nomeadamente a organização do tempo escolar, os modelos de avaliação, a condição docente e o ensino vocacional, trabalhos que seriam desenvolvidos sem prejuízo dos trabalhos em curso em cada Comissão Especializada Permanente. Sugeriu ainda o alargamento do debate sobre a condição docente aos Conselheiros e Conselheiras do CNE, e deu nota de que na sequência da sua preocupação com a lei da avaliação do ensino não superior, tinha pedido um parecer que irá distribuir pelos Conselheiros. Informou ainda que iria solicitar à IGEC que viesse apresentar ao CNE o último relatório sobre a avaliação externa das escolas e os princípios orientadores do próximo ciclo avaliativo.

Terminados os trabalhos, o Presidente deu por encerrada a reunião.